



Entre o nó e a totalidade social:

Heleieth Saffioti, marxismo feminista e disputas conceituais no Brasil (1969-2009)

Luzia Beatriz Ramos Alves¹

ALVES, L. B. R. **Entre o nó e a totalidade social:**

Heleieth Saffioti, marxismo feminista e disputas conceituais no Brasil (1969-2009)

História Social, vol. 21, p. 01-30, e026004, 2026

Resumo: Este artigo examina a trajetória intelectual de Heleieth I. B. Saffioti (1934-2010) destacando sua centralidade na formação de uma tradição feminista marxista no Brasil. A partir de uma perspectiva historiográfica e de história intelectual, analiso como Saffioti articulou marxismo, gênero e sociologia do trabalho em um contexto marcado pela ditadura militar, pelas disputas internas no campo acadêmico e pela emergência do movimento feminista no país. O estudo mobiliza como *corpus* as obras publicadas da autora, especialmente entre os anos de 1969 e 2009, como livros, capítulos e artigos. Argumento que Saffioti produziu, antes mesmo da consolidação internacional da chamada Teoria da Reprodução Social (TRS), uma interpretação própria sobre a articulação entre exploração e opressão, o papel do trabalho doméstico e a centralidade da reprodução da força de trabalho nas sociedades capitalistas dependentes. O artigo contribui para compreender os processos de formação de campos disciplinares, os limites do reconhecimento de mulheres intelectuais e as condições materiais de produção de conhecimento no Brasil do século XX. A pesquisa se insere no esforço de recuperar trajetórias fundamentais para a história do pensamento feminista e suas interfaces com o mundo do trabalho e as dinâmicas de gênero.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti. Teoria do Nó. Feminismo marxista. História intelectual.

¹ Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx/Uesb) e integrante do Politiza/Ufba (Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita). E-mail: lbralves.ufba@gmail.com

Between the Knot Theory and Social Totality:

Heleieth Saffioti, Feminist Marxism, and Conceptual
Disputes in Brazil (1969-2009)

Luzia Beatriz Ramos Alves

Abstract: This article examines the intellectual trajectory of Heleieth I. B. Saffioti (1934-2010), highlighting her centrality in the formation of a Marxist feminist tradition in Brazil. From a historiographical and intellectual history perspective, I analyze how Saffioti articulated Marxism, gender, and the sociology of work within a context marked by the military dictatorship, internal disputes in the academic field, and the emergence of the feminist movement in the country. The study utilizes the author's published works as its *corpus*, specifically those released between 1969 and 2009, including books, chapters, and articles. I argue that Saffioti produced, even before the international consolidation of the Social Reproduction Theory (SRT), her own interpretation of the articulation between exploitation and oppression, the role of domestic work, and the centrality of the reproduction of labor power in dependent capitalist societies. This article contributes to understanding the formation processes of disciplinary fields, the limits of recognition for female intellectuals, and the material conditions of knowledge production in 20th-century Brazil. This research is part of the effort to recover fundamental trajectories for the history of feminist thought and its interfaces with the world of work and gender dynamics.

Keywords: Heleieth Saffioti. Knot Theory. Marxist Feminism. Intellectual History.

Introdução²

O presente artigo tem como seu problema histórico-intelectual pensar em que medida a Teoria do Nó (Patriarcado-Racismo-Capitalismo), desenvolvida por Heleieth Saffioti, constitui uma ontologia marxista singular das relações de exploração-opressão no capitalismo dependente brasileiro, e não uma etapa preliminar, possivelmente precursora ou “embrionária” da Teoria da Reprodução Social (TRS). Diante disso, problematizamos quais as implicações, para a História Intelectual de base feminista no Brasil, o reconhecimento tardio ou disputas da Teoria do Nó a partir de matrizes teóricas outras dentro das epistemologias feministas contemporâneas.

Nossa análise se baseia na trajetória intelectual de Saffioti, examinando uma documentação bibliográfica que abrange desde a formulação de sua tese de livre-docente até as revisões conceituais tardias. Os títulos selecionados permitem mapear a gênese dos seus pressupostos quanto o acerto de contas com as categorias de gênero e patriarcado ao longo das décadas, são eles: *A mulher na sociedade de classes* (2013 [1969]), *A mulher sob o modo de produção capitalista* (1976), *Formas de participação da mulher em movimentos sociais* (1985), *O poder do macho* (1987b), *Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero* (1991), *Gênero, Patriarcado, violência* (2015 [2004]), e *Ontogênese e filogênese do gênero* (2009).

Metodologicamente, o artigo adota a perspectiva da História Intelectual, com foco no conceito de “intelectual mediador”.³ Essa lente teórica

² Agradeço a Mariana Shinohara Roncato (UFPB) pelas valiosas contribuições realizadas durante a minha apresentação no SPG47 “Trabalho e gênero à luz das epistemologias e teorias feministas”, ocorrido no 48º Encontro Anual da ANPOCS (2024), na Unicamp. Na ocasião pude testar hipóteses que foram prontamente acolhidas e debatidas. Sou grata igualmente a Márcia Santos Lemos (UESB) e Sávio Queiroz Lima (UNEB) pelos comentários no VI Encontro Nacional do GT Estudos de Gênero da ANPUH (ENGTEG), sediado na UFBA em 2024. Suas indagações serviram de base para a concepção deste artigo e me instigaram-me a repensar os significados de elaborar uma história intelectual feminista no país.

³ Partindo de uma definição breve, “[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são

nos permite examinar a autora além da produção de uma teoria robusta e apresentá-la como uma agente que se apropriou e articulou o marxismo, o feminismo e a sociologia do trabalho num ambiente de crise da ordem democrática, disputas acadêmico-conceituais e a emergência de novos movimentos sociais. A mediação de Saffioti é, nesse sentido, o contato entre a produção de conhecimento situado⁴ nas ciências sociais, e sua circulação e recepção no país. No que tange ao tratamento desse tema, a ênfase que assumimos ao falar sobre o intelectual mediador é tratá-lo como sendo homens e mulheres “da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”.⁵ Isso implica pensá-los com historicidade e complexidade, não gênios – em abstrato –, como coadjuvantes de suas ideias, ou alheio às condições de produção dessas mesmas ideias.

Partindo desse pressuposto, opera-se buscando o processo de formação da intelectual, as condições de produção político-social das ideias formuladas e mobilizadas por Saffioti, os paradigmas e tradições de pensamento vigentes no dado momento de sua produção acadêmica, a linguagem articulada, as categorias mobilizadas, a circulação e apropriação de suas obras, enfim, a “articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla”.⁶

reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular.” Cf. GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 18.

⁴ A expressão “conhecimento situado” é tomada aqui como uma interlocução direta com o projeto epistemológico de “saberes localizados” da Donna Haraway e da sua relação estreita e contraditória com o marxismo. Cf. Haraway, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995, pp. 7-41; IRYO, Pol. Por um Marxismo Ciborgue: Donna Haraway Herdeira (Infiel) do Marxismo. **Revista de Filosofia Instauratio Magna**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e2026060604, 2026. DOI: 10.36942/rfm.v6i1.1537. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/instauratiomagna/article/view/1537>. Acesso em: 4 jul. 2026.

⁵ Gomes; Hansen, *op. cit.*, p. 10.

⁶ Ibidem, p. 12-13.

Assim, o artigo estrutura-se em três eixos: 1) Contextualização histórica dos primeiros escritos; 2) A interlocução de Saffioti com as feministas francófonas (décadas de 1980 e 1990) e as revisões nos seus pressupostos teóricos; 3) Análise comparada e a crítica ao suposto “embrião” da TRS no Brasil, afirmando a autonomia do seu legado.

Contexto das primeiras teses de Saffioti

Heleieth Saffioti nasceu em 1934, no interior de São Paulo, na cidade de Ibirá. Filha de pais trabalhadores, mãe costureira e pai marceneiro, sua trajetória pessoal, marcada pela necessidade de afastar-se da zona rural para estudar, revela uma posição de classe que informaria seu olhar teórico sobre as mulheres trabalhadoras. Tornou-se normalista, ingressou no curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) em 1956, e, após um período nos Estados Unidos devido a seu casamento, concluiu o curso em 1960. Dois anos depois, transferiu-se para Araraquara, onde começou a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).⁷

Não se pode perder de vista que o seu afastamento dos grandes centros acadêmicos reforçou sua mediação como observadora da realidade diante de um ponto de vista menos hegemônico. Informada por sua origem, sua produção teórica reflete as condições precárias de acesso à literatura especializada sobre as mulheres trabalhadoras – o que a fez atuar como “tradutora” de teorias para o contexto brasileiro – e as interdições políticas impostas pela Ditadura Militar à sua concepção comunista. Tais fatores, desde logo, demonstram a preocupação de Saffioti em mediar o resultado de seus estudos intensos sobre a condição feminina, iniciados

⁷ MOTTA, Daniele. Heleieth Saffioti. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, SP, v. 7, n. 3, 2022, p. 01-10. Edição eletrônica. ISSN 2526-6187. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/heleieth-saffioti/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2025.

em 1962 com pesquisas sobre professoras primárias e operárias da indústria têxtil⁸ que culminaram em sua tese de livre-docência.

Naquele momento, praticamente nada havia de elaborado no Brasil além de textos descritivos, havendo muito pouco material traduzido disponível sobre a literatura feminista e escritos marxianos e marxistas. Prevalendo a literatura em língua francesa e inglesa, Saffioti cita autoras cruciais para sua formação, a saber Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*), Alva Myrda e Viola Klen, Evelyne Sullerot, Rose Marie Muraro, Colette Guillaumin, Allan G. Johnson, Danièle Kergoat, Hélène Le Doaré, Eleni Varikas, Françoise Collin, Geneviève Fraisse, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin.⁹ Saffioti também apontava sua admiração pela obra de Rosa Luxemburgo, haja vista que ela observava a acumulação capitalista ao nível concreto, da formação social, e “porque ela teve o topete de discutir o esquema da reprodução ampliada, de Marx, e mostrar que, de seu ângulo de visão, ele estava errado”.¹⁰ Esse aspecto é central na medida em que Saffioti percebia as diferenças conceituais entre o Modo de Produção Capitalista e a Formação Social Capitalista, isso incluía notar três contradições fundamentais para explicar a realidade do Brasil, “a contradição entre capital e trabalho; nas relações de gênero, entre homens e mulheres; entre diferentes raças/etnias”.¹¹

Sua tese de livre-docência, escrita em 1966 e defendida em 1967, foi publicada em formato de livro apenas em 1969 sob o título de *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, um marco na sociologia brasileira. No entanto, a circulação dessa obra já nasce sob contradição, revelando a complexa mediação institucional do período. A própria autora aponta que o regime ditatorial “não somente [...] deixou em circulação o livro

⁸ GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 27, p. 73, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18768>. Acesso em: 12 dez. 2025.

⁹ Ibidem, p. 75; MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 01, p. 164, 2011.

¹⁰ Mendes; Becker, *op.cit.*, p. 153-154.

¹¹ Ibidem.

[...] (Editora Quatro Artes, São Paulo, 1969), como também colaborou financeiramente, através do Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério de Educação e Cultura, para sua primeira edição”.¹² Este apoio do Estado a uma obra de cunho marxista demonstra as brechas na censura e a intrincada rede de interesses que, por ora, possibilitava a difusão de ideias radicais, permitindo, ainda, a livre circulação em edições posteriores pela Editora Vozes, entre 1976 e 1979. Apesar da postura conservadora da Academia ao longo da década de 1960 a respeito dos estudos sobre as mulheres, e a temática feminina no geral, ela comportou um guarda-chuva de pesquisas, inclusive a pesquisa de Saffioti iniciada em 1962, cujo financiamento foi feito pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).¹³

A proposta da autora na década de 1960 era examinar como a desigualdade entre os sexos operava na sociedade de classes e, para tanto, tratou de investigar os estreitos laços que unem opressão feminina e o Modo de Produção Capitalista (MPC). Sua tese inicial focava em como o capitalismo “subdesenvolvido” alijava o trabalho feminino do mercado. Saffioti apreende o MPC como “uma configuração concreta de vida”,¹⁴ cuja concretude “se explica pelo desvendamento de suas determinações essenciais, [havendo] que se buscar no modo de produção (no sentido que lhe emprestou Marx) da existência social dos indivíduos a explicação da situação da mulher na sociedade de classes”.¹⁵

Desse entendimento, Saffioti esboça suas formulações, percebendo que as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano “superestrutural”, a subvalorização das capacidades femininas; e no estrutural, a inserção periférica ou marginal no sistema de produção.¹⁶ Assim, afirma que o MPC

¹² SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática** – São Paulo: Cortez, 1987a [1986]. p. 117-119.

¹³ Ibidem, p. 122.

¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013[1969]. p. 64.

¹⁵ Saffioti, *op.cit.*, p. 132-133.

¹⁶ Ibidem, p. 65-66.

potencializa a marginalização feminina de certos setores da população do sistema produtivo. No geral, ela estava preocupada com a totalidade social, pensando a discriminação social e econômica das mulheres não como mecanismos autônomos,

ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-los como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção. Do mesmo modo como é necessário desvendar, sob a aparência de trabalho inteiramente não remunerado e de trabalho inteiramente remunerado, um quantum de trabalho necessário e um quantum de trabalho excedente.¹⁷

Além dos limites conjunturais, há uma insuficiência interna apontada por seus pares sobre sua obra, que seria a pouca centralidade dada pela socióloga à questão racial em 1969. Saffioti não se furtava ao debate, dedicando uma seção à “A posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual”. Contudo, neste momento, ela ainda operava sob a lógica da classe como determinação em última instância das outras dimensões (raça e gênero), e não as apreendia como simultaneamente enovelados, como viria a fazer nas obras da década de 1980. Seu posicionamento inicial é explícito:

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.¹⁸

Essa hierarquia inicial seria revista mais tarde. Outro aspecto contestado era a tese central sobre o alijamento da força de trabalho feminina.

¹⁷ Ibidem, p. 59.

¹⁸ Ibidem, p. 60.

No caldo das transformações do processo de industrialização brasileira, houve uma mudança significativa na “estrutura de redistribuição do produto social, permitindo a ampliação e diversificação de uma classe média com renda elevada e com possibilidade de consumo”.¹⁹ E, nesse caso, as trabalhadoras não ficaram alheias ao processo. “O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se deu igualmente em todos os setores, crescendo para as atividades mais precárias dentro do sistema capitalista”,²⁰ como o setor de serviços, marcado por ocupações de baixo prestígio e baixa remuneração. Apesar das críticas recebidas, Saffioti continuava a defender sua tese:

[...] às vezes, ela é contestada, porque as/os leitoras/es não percebem que trabalho sempre com o conceito de Modo de Produção Capitalista [MPC], enquanto Cristina Bruschini, por exemplo, não cogita desse conceito. A tese central é a de que o modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente feminina. Algumas feministas, munidas das tabelas tão bem construídas por Bruschini, argumentam contra minha tese. Nunca se perguntam em que atividades trabalham mulheres. Mais de metade das trabalhadoras, no Brasil, estão em atividades pelas quais o MPC não tem o menor interesse. Como é público e notório, o MPC procura, sempre, os setores mais rentáveis da economia. As atividades que mais empregam mulheres não se encaixam nesses setores. Embora não se possa afirmar que estes últimos não tenham nenhuma ligação com o capitalismo, pode-se, sim, asseverar que tais atividades, cuja absorção da força de trabalho feminina é expressiva, não foram organizadas em moldes capitalistas, ou seja, segundo os requisitos do MPC.²¹

As elaborações teóricas de Saffioti estavam situadas dentro de um contexto maior, onde as redes de sociabilidade, dentro e fora da academia,

¹⁹ GONÇALVES, Renata. **O pioneirismo de “A mulher na sociedade de classes”**. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 22.

²⁰ *Ibidem*, p. 24.

²¹ Mendes; Becker, *op. cit.*, p. 152-153.

foram fundamentais. A relação de orientação que manteve com Florestan Fernandes insere-se no bojo das disputas travadas nos “meios intelectuais por reconhecimento, autoridade, posições e públicos”.²²

Apesar do seu profundo respeito à posição histórica de Fernandes, o entendimento de Saffioti aponta ruídos fundamentais, já que “politicamente o Florestan [Fernandes] era socialista, mas teoricamente ele jamais abandonou as categorias positivistas”.²³ Essa tensão é fundamental. Na mesma década de 1960, Fernandes publicara *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), obra que contestava a interpretação que se tornara hegemônica no Brasil – a de que o país constituiria uma democracia racial –, tratando-a necessariamente como um mito e relacionando as relações raciais ao capitalismo. A questão da integração aparecia como resposta aos avanços do capitalismo e as reminiscências de estruturas arcaicas (escravistas) na presente ordem social, ao passo que os negros e mulatos experienciavam um ingresso na sociedade de classes com desvantagens insuperáveis, impedido, desse modo, sua real integração no processo de modernização.²⁴ Nessa obra, “Fernandes identificou um aspecto fundamental do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a função social do preconceito e da discriminação raciais”.²⁵

Contudo, não muito distante da tese do seu orientador, reside aqui o cerne da autonomia teórica de Saffioti. Em *A mulher na sociedade de classes* (1969) – período muito próximo da publicação de Florestan Fernandes – Saffioti mobiliza a tese da marginalização estrutural/integração periférica das mulheres no mercado de trabalho – precisamente quando ele já abandonara a tese integracionista aplicada ao negro (aderindo à crítica radical do capitalismo dependente), especialmente antes, quando sua

²² Gomes; Hansen, *op. cit.*, p. 17.

²³ Gonçalves; Branco, *op. cit.*, p. 74-75.

²⁴ MACHADO, Bárbara Araújo. **Repensando o capitalismo brasileiro como totalidade contraditória.** In: MACHADO, Bárbara Araújo; SOUZA, Flavia Fernandes de. (Org.) *Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora.* São Paulo: Usina Editorial, 2023. p. 48.

²⁵ *Ibidem*, p. 49.

crença parecia residir “na possibilidade de inclusão no capitalismo, caso fossem adotadas medidas específicas”.²⁶ Essa autonomia tratava-se não de uma mera contradição biográfica da autora, posto que ela não apostava as fichas na igualdade entre homens e mulheres dentro do capitalismo, mas talvez pudesse ser explicada por um descompasso teórico, as diferentes condições de possibilidade em produzir teoricamente, ou uma possível negligência de orientação por parte de Fernandes? Saffioti tentava avançar em questões das quais a escola paulista de sociologia não se ocupou, como as relações de gênero, pensando a integração como subordinação e exploração não como um momento para a integração real.

Seguindo as múltiplas influências na produção intelectual de Saffioti, a autora estava envolta numa atmosfera prolífica de debates, incluindo o desenvolvimento do estruturalismo francês no final da década de 1960 e início da década de 1970. Não à toa, na obra de 1969, Saffioti já demonstrava seu diálogo com feministas marxistas fortemente influenciadas pelo trabalho de Louis Althusser, sobretudo quando considera o valor heurístico da categoria de *superdeterminação* e *unidade de ruptura*, para articular o problema da condição das mulheres. Um nome de relevo é o de Juliet Mitchel, feminista inglesa, que apontava a insuficiência do marxismo em dar conta da “questão da mulher” e partia da dialética entre “produção econômica e as contingências do processo de reprodução [social] da espécie para explicar a situação da mulher na sociedade [de classes]”.²⁷ Em nota Saffioti diz:

A utilização da noção de superdeterminação, extraída de Louis Althusser (*Pour Marx*, F. Maspero, Paris, 1966), permite uma visão globalizadora da condição feminina através de seus quatro papéis fundamentais: trabalhadora, reprodutora, ser sexual e socializadora de filhos. O que a noção de superdeterminação tem de inovadora é a ideia de que as contradições entre as diversas

²⁶ MOTTA, Daniele. A Contribuição De Heleieth Saffioti Para A Análise Do Brasil: Gênero Importa Para A Formação Social?. **Caderno CRH**, v. 33, p. 3, 2020.

²⁷ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica marxista**, v. 1, n. 11, 2000. p. 90.

estruturas parciais da sociedade podem ou reforçar-se mutuamente ou anular-se reciprocamente. *Unidade de ruptura* diz respeito ao momento em que as contradições, reforçando-se mutuamente, criam as condições para uma mudança revolucionária.²⁸

Com essas noções, de certo modo, Saffioti aprofunda sua análise marxiana da reprodução da força de trabalho dentro do capitalismo, principalmente ao considerar que a classe operária reproduz o seu próprio “fundo de trabalho” e ao executar também o trabalho excedente. Conforme Marx, esses sujeitos, por meio dos seus instintos de conservação e perpetuação e do consumo individual, reproduzem a si próprios, seus “músculos, nervos, ossos e cérebro” e geram novos trabalhadores.²⁹ Para Saffioti, isso se dá constantemente, na medida em que eles produzem e reproduzem essa mercadoria especial repetidamente, ao lado de criarem, com seu trabalho excedente, um valor de que se apropria “o empresário capitalista”.³⁰

Em seu artigo de 1976, *A mulher sob o modo de produção capitalista*, a socióloga sofisticou suas formulações – sem abandonar posições básicas apresentadas em seu livro maior.³¹ Partindo do trabalho doméstico (considerado “bolsões pré-capitalistas”), Saffioti argumentou que não se tratava da existência de modos de produção distintos, mas que há no modo de produção capitalista uma

combinação histórica específica que resulta da autonomização relativa do processo econômico, inaugurando formas inéditas de relações de produção nas quais se acham incorporadas e redefinidas as antigas formas de relações de produção.³²

²⁸ Saffioti, *op. cit.*, p. 89, nota 35.

²⁹ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1 (volume 1). 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984. p. 666.

³⁰ Saffioti, *op. cit.*, p. 56-57.

³¹ Gonçalves, *op. cit.*, p. 15.

³² SAFFIOTI, Heleieth. A mulher sob o modo de produção capitalista. **Contexto**, São Paulo, n. 1, 1976. p. 2-3. Em outro texto, anos mais tarde (1984), Saffioti continua a defender a posição ao dizer que “Nas formações sociais capitalistas, como é sabido, o modo de produção capitalista

Crucial para a sobrevivência desse sistema, seria a “preservação dessas relações ‘pré-capitalistas’ redefinidas, na medida em que não são diretamente produtivos mas influenciam a mais-valia obtida de outras formas”.³³ Reconhecendo a importância do serviço doméstico e da sua relação direta para a manutenção das dinâmicas capitalistas, sua definição de trabalho doméstico é crucial para o debate da Teoria da Reprodução Social (TRS)³⁴:

[...] caracteriza-se pela produção de valores de uso diretamente consumidos pela família, não podendo afirmar-se que estejamos organizado em moldes capitalistas [...]. Embora o fruto de seu trabalho não circule no mercado capitalista, a dona de casa desempenha função importantíssima na preservação do sistema capitalista, na medida em que os serviços que presta incidem diretamente na produção e na reprodução da força de trabalho, mercadoria imprescindível à reprodução do capital.³⁵

Todavia, ainda existe na autora uma espécie de separação analítica entre a superestrutura ideológica, que ela concebe como os preconceitos e discriminações, e a estrutura econômica, as relações de produção propriamente ditas. Saffioti nota que “há uma correlação altamente positiva entre o desenvolvimento das forças produtivas e a utilização racional de

coexiste com formas não capitalistas de trabalho. Não se trata de uma justaposição de atividades econômicas organizadas em diferentes moldes. Ao contrário, **trata-se de uma coexistência dinâmica e integrada**. O setor capitalista da economia desorganiza segmentos não-capitalistas, absorvendo sua força de trabalho, quando necessita de braços para expandir-se; expulsa mão-de-obra nos momentos de recessão econômica, engendrando atividades não-capitalistas”. Cf. Saffioti, Helieth. **Mulher Brasileira**: Opressão e Exploração. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1984, p. 44. Grifos nossos.

³³ Machado, *op. cit.*, p. 58.

³⁴ Diante dos debates travados pelo movimento feminista nos anos 1970, as discussões acerca do trabalho doméstico e da sua natureza aparecem como uma possibilidade de compreender a base material da opressão das mulheres. A TRS, conforme sistematizada por autoras como Susan Ferguson, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, propõe uma perspectiva “unitária”, argumentando que as esferas da produção e da reprodução são constitutivas de um mesmo processo, ao passo que capital não pode acumular valor sem que a força de trabalho seja diariamente criada e regenerada por meio das atividades sociorreprodutivas.

³⁵ SAFFIOTI, 1976, *op. cit.*, p. 3-4.

critérios irracionais para a legitimação da ordem vigente”, na medida em a “formação social econômica capitalista configura-se como aquela que, por haver desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla capa sob a qual oculta as injustiças sociais”.³⁶ Apesar de relacional, essa separação hermética da autora, como indica Bárbara Araújo Machado, será matizada em textos posteriores, sobretudo em razão da sua aproximação com discussões do movimento feminista em meados da década de 1980, o conceito chave que marcará a virada para a consubstancialidade e a consolidação do nó é o de “dominação-exploração”.³⁷ Este processo de refinamento será o tema da próxima seção.

Interlocução com o movimento feminista entre as décadas de 1980-1990

Partindo do pressuposto que a definição de intelectual de Saffioti incorpora simultaneamente tanto a produção intelectualizada produzida no seio das universidades quanto a militância feminista, a tentativa de juntar esses dois fenômenos, assim como separá-los, gera uma tensão entre o nível teórico e prático.³⁸ Ao publicar temas não considerados legítimos dentro da academia, o seu diálogo com o movimento feminista foi, desde cedo, marcado por uma atuação em múltiplas frentes. Embora não exercesse a militância partidária ou de rua tradicional – fosse por falta de tempo ou pelas interdições do período –, Saffioti entendia que a prática política se estabelecia em várias instâncias: “na sala de aula, no corredor da faculdade, quando escreve, quando faz conferência, quando conversa no boteco”.³⁹

Essa compreensão ampliada de militância (pela escrita e pelo ato de ensinar) é o que permitia a Saffioti romper com o isolamento que caracterizava as intelectuais nos anos 1960. Momento em que, segundo a

³⁶ Ibidem, p. 15.

³⁷ Machado, *op. cit.*, p. 59.

³⁸ Saffioti, *op. cit.*, 1987a, p. 117-118; 124.

³⁹ Gonçalves; Branco, *op. cit.*, p. 79.

autora, cada cientistas militantes feministas constituía-se, em si mesma, em núcleos de “uma só pessoa”,⁴⁰ dada a ausência de interlocução e o caráter marginal desses estudos na academia brasileira à época. Embora, para Saffioti, as feministas já realizassem um trabalho de conscientização desde 1963, bastante original por sinal, as lutas travadas até o início dos anos 1970 ainda careciam de uma sólida teoria da opressão.

Essa lacuna teórica limitava a capacidade de intelectuais confrontarem a tendência androcêntrica das ciências sociais e de “tornar visível a presença das mulheres na qualidade de agentes sociais do movimento histórico”.⁴¹ O crescimento da produção intelectual feminista entre 1970 a 1974 foi seguido por um verdadeiro *boom* a partir de 1975, fenômeno que guarda relação direta com o cenário internacional – com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU – e com a necessidade de “organização coletiva necessária à formulação de reivindicações visando a mudanças no *status quo*”.⁴²

Para Saffioti, no entanto, a compreensão desse processo exige olhar para a inserção periférica do Brasil no cenário capitalista internacional. Ela argumenta que as sociedades do “terceiro mundo” vivenciam as contradições do sistema de forma muito mais aguda, na medida em que sofrem os efeitos de uma dominação de múltiplas dimensões (econômica, política e cultural) exercida por países hegemônicos. Nesse contexto de carências elevadas, o sistema de “dominação-exploração inerente à simbiose entre o patriarcado e o capitalismo” opera uma hierarquização de prioridades que acaba por negligenciar a luta pela igualdade de gênero em detrimento de outras urgências de sobrevivência⁴³:

[...] este comportamento de priorização absoluta da luta de classes é bastante reforçado, nas regiões subdesenvolvidas, pela própria presença do imperialismo. Este é, pois, um fator

⁴⁰ Saffioti, *op. cit.*, 1987a, p. 120.

⁴¹ Ibidem, p. 120-121.

⁴² Ibidem, p. 122.

⁴³ Ibidem, p. 123.

altamente complicador no que tange ao alargamento de horizontes e à percepção de todas as contradições por parte dos oprimidos e explorados do terceiro mundo, ou seja, a classe trabalhadora de baixa renda e, no seu interior, especialmente de mulheres, elementos mais cruelmente vitimados pelo patriarcado-capitalismo.⁴⁴

Consoante a Dora Barrancos, eivado pela oxigenação do feminismo da “segunda onda”, o Brasil dos anos 1980 viveu um aumento do número de núcleos feministas, “com inegáveis reflexos de oposição à ditadura de uma posição de esquerda”.⁴⁵ No meio acadêmico, Saffioti se destacou juntamente com outras mulheres como Branca Moreira Alves, Rachel Soihet, Elisabeth Souza-Lobo, Maria Lygia Quartim de Moraes, entre outras.

Apesar das condições conjunturais de perseguição aos grupos de oposição, Barrancos aponta que esses núcleos tiveram menos dificuldade em se inserir nos centros de pesquisa, fosse em universidades públicas ou faculdades privadas. Ainda, “muitas dessas feministas haviam voltado do exílio graças à anistia, e seu papel foi muito importante na renovação conceitual que norteou numerosos estudos com notável renovação das questões de gênero”.⁴⁶

Durante a década de 1980, na Ditadura, a produção intelectual feminista era lida, sobretudo, por exiladas políticas residentes em Paris e que tinham militância ativa em grupos feministas. Apesar da institucionalização dos estudos sobre a mulher ter sido difícil no Brasil, coisa que aconteceu nos Estados Unidos durante a década de 1970, havia alguns núcleos – formados e em processo de formação – que valem menção: as PUCs do Rio e de São Paulo, as Universidades Federais do Ceará, da Bahia, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além da Universidade de São Paulo. Para a socióloga, essas contradições não são ao acaso,

⁴⁴ Saffioti, *op. cit.*, 1987a, p. 123.

⁴⁵ BARRANCOS, Dora. **História dos feminismos na América Latina**. Tradução: Michelle Strzoda – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 188-189.

⁴⁶ Barrancos, *op. cit.*, p. 188-189.

[...] Justamente as universidades paulistas - USP, UNICAMP, UNESP e UFSCar - as três primeiras mantidas pelo governo do Estado e a última pelo governo da União, não facilitaram a criação de núcleos de estudos sobre a mulher. Justamente onde a tradição acadêmica é mais forte, a resistência é maior quanto à introdução do novo que questiona a ciência oficial, seus métodos e seus resultados. No fundo, os fazedores (homens e mulheres) da ciência oficial ou, pelo menos, da ciência androcêntrica, sentem-se profundamente incomodados e ameaçados, o que explica amplamente sua resistência à institucionalização de centros dedicados aos estudos da problemática feminina.⁴⁷

A trajetória de Saffioti pela academia se deu em dois momentos diferentes, sendo a primeira entre 1969 e 1970, no *Laboratoire de Sociologie Industrielle (École Pratique des Hautes Études e Centre National de la Recherche Scientifique)*, quando realizava pesquisas junto a Alain Touraine. Já o segundo, no ano de 1984, quando Saffioti inicia suas pesquisas sobre o tema da violência, foi convidada pelo governo francês, por indicação de Maurice Godelier, para trabalhar como pesquisadora associada no *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement*, sob a orientação de Ignacy Sachs.⁴⁸

Sua passagem pela França e os contatos estabelecidos permitiram a construção de amizades com grandes referências no tema da violência como a Marie-Victoire Louis, mas também de outras sociólogas como Helena Hirata, Danièle Kergoat e Hélène Le Doaré. Na sua estadia, participou de seminários de pesquisa, como o colóquio de Simone de Beauvoir, em janeiro de 1999, em Paris, no entanto, seu primeiro livro *A mulher na sociedade de classes* não foi publicado por lá “porque há nele críticas à prática psicanalítica. Não de toda a teoria psicanalítica, mas, sobretudo, da prática

⁴⁷ Saffioti, *op. cit.*, 1987a, p. 124-125.

⁴⁸ MORAES, Samantha Camacam de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Percursos franceses e transnacionais na trajetória intelectual de Heleieth I. B. Saffioti (1969-1984). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 22., 2025, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2025. p. 2.

psicanalítica”.⁴⁹ Apesar disso, seu livro circulou em língua inglesa, com uma grande recepção na Europa com a produção de resenhas.

É precisamente nesse intervalo temporal que nomes como Lise Vogel (1983[2022]), Johanna Brenner e Barbara Laslett (1991) começavam a sistematizar o que viria a ser conhecido como a Teoria da Reprodução Social (TRS). Enquanto a TRS buscava romper com o dualismo marxista tradicional através de uma “teoria unitária”, Saffioti já trilhava um caminho semelhante na América Latina, mas com uma particularidade, a sua mediação operava via simbiose, apontando a estrutura de um capitalismo dependente e profundamente racista e sexista.

O ano de 1985 marca uma inflexão na trajetória acadêmica de Saffioti. Ela passa a investigar a lógica contraditória como uma dimensão da vida social. No texto *Formas de participação da mulher em movimentos sociais*, em coautoria com Vera Lucia Silveira Botta, as autoras retomam o conceito de “produção-reprodução social” de Juliet Mitchel (*Women: The Longest Revolution*, 1966). Saffioti parte da ideia de que produção e reprodução são faces constitutivas do sistema produtivo, “uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência, nem da reprodução de seres humanos”.⁵⁰

Segundo Saffioti, a divisão sexual do trabalho opera nas duas esferas, e o patriarcado e o capitalismo são domínios do mesmo modo de produzir e reproduzir a vida.

Alargando a compreensão, Saffioti aponta como não se pode atribuir as mulheres exclusivamente à esfera da reprodução e os homens à produção, posto que ambos são agentes sociais em ambos os domínios, mas cuja divisão sexual do trabalho subordina as mulheres em detrimento dos homens. Para ela,

⁴⁹ Mendes; Becker; *op. cit.*, 152-153.

⁵⁰ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. **Formas de participação da mulher em movimentos sociais**. Política e Administração, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 255-284, jul.set. 1985. p. 258.

[...] as relações sociais de produção não se restringem ao domínio “público”, invadindo a área “privada” das relações sociais de reprodução, da mesma forma como as relações sociais de reprodução extrapolam a esfera “privada”, penetrando vigorosamente no âmbito da produção “pública”.⁵¹

Nesse ponto, a convergência com a ontologia da TRS torna-se evidente. O mérito da Teoria Unitária residiu em romper com análises dualistas para entender opressão e exploração como um processo único de produção e reprodução social. Saffioti compartilha desse fundamento analítico ao redefinir a teoria do trabalho: para ela, a mediação com as categorias marxistas, como valor, trabalho concreto e abstrato, exige compreender que o “não-trabalho” doméstico é, na verdade, um pilar da acumulação. Contudo, Saffioti avança para além da teoria unitária (nos seus primórdios) ao insistir que essa lógica não é tão somente uma “necessidade do capital”, mas o resultado histórico de uma simbiose onde o patriarcado mantém sua própria eficácia estrutural.

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém, se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um **conceito de ordem política**. E poderia ser de outra ordem se o objetivo das(os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade?⁵²

E questionou:

⁵¹ Saffioti; Botta, *op. cit.*, p. 258.

⁵² SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular (Fundação Perseu Abramo), 2015 [2004], p. 148.

[...] a quem serve a teoria do gênero utilizada em substituição à do patriarcado? [...] Recusando-se, no entanto, a enxergar o patriarcado ou recusando-se a admiti-lo, a maioria das teóricas feministas dá dois passos para trás: 1. não atacando o coração da engrenagem de exploração/dominação, alimentando-a; 2. permite que pelo menos alguns homens encarnem a vanguarda do processo de denúncia das iniquidades perpetradas contra mulheres e mostrem o essencial para a formulação de uma estratégia de luta mais adequada.⁵³

O uso, por Saffioti, de categorias como sistemas, cruzamento, imbricação, consubstancialidade nesse período demonstra um esforço claro para capturar a unidade contraditória, histórica e simbiótica das relações sociais na realidade brasileira, mesmo antes da popularização do termo, ao considerar as várias dimensões por uma lente totalizante.⁵⁴ Nesse mesmo texto, em *Formas de participação da mulher em movimentos sociais*, a autora também faz, ao mesmo tempo uma autocrítica ao seu livro *A mulher na sociedade de de classes*, levando em consideração não apenas os trabalhos produtivos, quanto aponta a relação necessária, porém contraditória, do capital em concretizar a sua reprodução ampliada:

A concepção do MPC aqui adotada não permite pensar a partir de uma “lógica do capital”, seja para explicar o grau mais intenso de exploração das mulheres, seja para afirmar que a reprodução ampliada do capital prescinde do trabalho gratuito realizado por mulheres, a fim de produzir diariamente e reproduzir a força de trabalho do trabalhador capitalista. Defende-se, aqui, a tese da existência de uma lógica no MPC, entendido este como resultado histórico da discutida simbiose. Também se defende a idéia de que esta lógica, exatamente em decorrência da fusão dos dois sistemas de dominação-exploração, comporta contradições. Isto

⁵³ Saffioti, 2015 [2004], *op. cit.*, p. 147.

⁵⁴ Para um debate sobre os usos da “interseccionalidade”, da “consubstancialidade” e da “teoria do nó” como aportes teóricos para compreender as múltiplas formas de dominação e opressão, cf. HORNHARDT, Amanda Menconi. Interseccionalidade, Consubstancialidade e a metáfora do “nó”: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e classe. **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, p. 1-13, 2019.

não significa a defesa da existência de uma lógica ilógica. Por paradoxal que isto possa parecer, a lógica do MPC é contraditória. No caráter contraditório desta lógica residem possibilidades de se explicarem a desigual incorporação das mulheres na força de trabalho, as discriminações salariais e de outras naturezas que contra elas se praticam na esfera da produção, a dupla jornada de trabalho, o trabalho considerado não-trabalho, enfim, a inferioridade social [dos] seres femininos.⁵⁵

No ano de 1987, com o livro *O poder do Macho*, Saffioti faz uso do conceito de “simbiose” para se referir à relação entre diferentes formas de opressão e exploração. Na imagem da simbiose, estão contidas três estruturas, a saber patriarcado, racismo e capitalismo. Um avanço se se pensar no texto anterior cujas diferenças raciais só são mencionadas uma vez e sem muito enfoque. Aqui ela ainda não falava no conceito de Nó das contradições sociais, a forma mais acabada dessa formulação ganha corpo na sua obra de 2004, *Gênero, Patriarcado, Violência*.

Seguindo a cronologia de suas publicações, em 1991, Saffioti publica um artigo sob o título *Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero*. Sua proposição de uma ontologia feminista, em contraposição a uma ontologia masculina/androcêntrica dentro da lógica dualista (lógico-formal) do pensamento ocidental, da ciência cartesiana, atua como um esboço de uma crítica à razão dualista, na medida em que “há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência”.⁵⁶ Trata-se de uma proposição que a permite amadurecer o seu diálogo com a ontologia de György Lukács, ao enunciar que o gênero, diferente da ordem patriarcal de gênero, é uma categoria ontológica. Ao retomar as categorias de ontogênese (origens do ser social) e filogênese (desenvolvimento) Saffioti aponta que

⁵⁵ Saffioti; Botta, *op. cit.*, p. 260.

⁵⁶ Saffioti, 2015 [2004], *op. cit.*, p. 110.

[...] constitui-se, assim, gênero: a diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder. A vida da natureza (esferas ontológicas inorgânica e orgânica), que, no máximo, se reproduz, é muito distinta do ser social, que cria sempre fenômenos novos.⁵⁷

De tal modo, que podemos ver um diálogo entre o edifício teórico de Saffioti, oferecendo uma base epistemológica para compreender a indissociabilidade das relações de gênero, raça e classe na constituição do sujeito histórico brasileiro, e a perspectiva de ontologia integrativa da TRS.⁵⁸ Na medida em que esta defende uma visão relacional e não-excludente do ser social e da coexistência das diferenças, e “uma análise de base ontológica suprassume noções de adição ou imbricação avançando para análises dialéticas entre o todo e as partes”.⁵⁹ Em síntese, a

TRS traz à tona a ideia de ontologia integrativa ao analisar a totalidade capitalista, que pensa produção de reprodução social como partes de uma unidade, ainda que repleta de contradições, e que analisa as opressões em geral, mas sem perder de vista suas particularidades.⁶⁰

Para além do “embrião”: A ontologia do nó frente ao debate unitário

É preciso dizer, de antemão, que a análise da trajetória de Heleieth Saffioti, revela que não há um corte epistemológico radical, como aquele frequentemente atribuído à obra de Marx (jovem Marx e Marx da

⁵⁷ Saffioti, 2015 [2004], *op. cit.*, p. 142.

⁵⁸ Cf. FERGUSON, Susan. “Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa”. **Cadernos Cemarx**, nº 10, 2017 [2016], p. 24-30. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919/6196>. Acesso em: 15 de abril de 2026.

⁵⁹ MORAES, Livia de Cássia Godoi. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **Plural**, v. 28, n. 2, p. 151, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/article/view/184118. Acesso em: 15 de abril de 2026.

⁶⁰ Ibidem, p. 154.

maturidade) ou às interpretações althusserianas. Embora sua terminologia tenha se sofisticado, entre 1969 e 2009, há uma coerência interna fundamental que perpassa quatro décadas de produção. Saffioti não abandonou seus pressupostos básicos, ao contrário, ela operou um constante “acerto de contas” com as categorias mobilizadas, absorvendo-as e criticando-as para dar conta da realidade brasileira. Assim, ler sua obra de forma troncada ou reificada seria incorrer em um dogmatismo que ignora o esforço da autora em construir uma teoria marxista da opressão que sempre teve a reprodução da vida e a crítica ao capital em seu centro analítico.

Ao confrontarmos a produção de Saffioti com a TRS contemporânea, observamos que o ponto de contato reside na busca por uma “ontologia integrativa”. Nesse bojo, o seu artigo de 2009, *Ontogênese e filogênese do gênero*, faz um ajuste de contas com o conceito de gênero. Ela não abole o seu uso, mas o qualifica ao tratá-lo enquanto categoria ontológica fundante do ser social.

Assim como Lise Vogel propõe uma teoria unitária para romper com os dualismos entre produção e reprodução, Saffioti já mobilizava, desde seus primeiros escritos, a ideia de que o capitalismo não prescinde do trabalho gratuito feminino para garantir a reprodução da força de trabalho. No entanto, a tese que sustentamos é que Saffioti não deve ser lida como um “embrião” ou precursora da TRS. Enquanto a TRS clássica, em suas origens europeias e norte-americanas, por vezes negligenciou o estatuto da raça, o “Nó” de Saffioti já nascia como uma resposta situada às insuficiências do marxismo ortodoxo, tratando Patriarcado, Racismo e Capitalismo como subestruturas fundidas em uma simbiose contraditória, e tendo em vista as singularidades da nossa formação sócio-histórica.

Em sua obra *Gênero, Patriarcado, Violência* (2004), Saffioti trata o nó como uma ferramenta teórico-metodológica para compreender os marcadores sociais da diferença e as estruturas sociais. O salto qualitativo nesse momento se dá em relação à compreensão do patriarcado de Heidi Hartmann, que, por sua perspectiva dualista, considera os conceitos marxistas cegos para o gênero (*The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More progressive Union*, 1979). Além disso, Saffioti opera uma crítica

contundente ao uso isolado e “palatável” do conceito de gênero, que ela considerava ter se tornado excessivamente a-histórico e apolítico no meio acadêmico e institucional.⁶¹ Para a autora, a categoria de gênero, quando separada de seu contexto econômico corre o risco de servir a agendas neoliberais que mascaram as desigualdades sociais, como os projetos financiados pelo Banco Mundial.⁶² Ao propor a categoria “ordem patriarcal de gênero”, Saffioti não apenas dialoga com as materialistas francófonas, mas reafirma o patriarcado como uma estrutura material viva e presente, sem perder de vista a sociedade de classes.

É importante destacar que Saffioti reafirma a centralidade do conceito de patriarcado, opondo-se à sua substituição generalizada pelo conceito de “gênero” ou mesmo a negligência dessa dimensão por análises marxistas. Para a socióloga, a desconsideração do patriarcado enquanto estrutura material constitui um equívoco teórico que implica na eficácia das próprias relações de dominação masculina. Essa insistência, reiterada em suas conclusões de 2004 e 2009, marca um ponto fundamental de diferenciação entre a Teoria do nó e as primeiras formulações da TRS, que por vezes buscaram uma teoria unitária sem conferir ao patriarcado o estatuto de centralidade que a classe, por exemplo, teria.

O avanço da Teoria do Nó reside na metáfora do “nó frouxo”,

[...] não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (Saffioti, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987) – historicamente constituída.⁶³

⁶¹ Mendes; Becker, *op. cit.*, p. 153.

⁶² Saffioti, *op. cit.*, 2015 [2004], p. 141.

⁶³ SAFFIOTI, *op. cit.*, 2015 [2004]. p. 133-134.

Diferente de perspectivas dualistas ou aditivas, Saffioti defende que as contradições de gênero, raça e classe apresentam uma dinâmica especial quando simultaneamente fundidas. Isso significa que, dependendo da circunstância, uma contradição pode adquirir maior relevo sem que o envelamento se desfça. Portanto, a Teoria do nó apresenta-se como uma ontologia concorrente e mais adequada às especificidades do capitalismo dependente brasileiro dentre as produções feministas à época de Saffioti, pois integrara o racismo de forma constitutiva e não apenas como um aditivo à exploração. Sem excluir a importância da recente reoxigenação da TRS em território nacional, reconhecer a autonomia do legado de Saffioti é, pois, um passo essencial para a construção de uma história intelectual de base feminista e historicizada, que não subordine a produção brasileira a uma cronologia eurocêntrica e anglófona da TRS – cujas formulações contemporâneas encontram-se fortemente ancoradas em debates produzidos nos Estados Unidos, Canadá e Europa, mas em movimento de expansão.⁶⁴

Considerações finais

Feito o apanhado da trajetória e dos principais trabalhos de Heleith Saffioti, as conclusões deste artigo caminham em duas direções centrais. Primeiramente, a recepção teórica de sua obra, nacional e internacionalmente, deve ser lida a partir das disputas no campo acadêmico, das

⁶⁴ Conforme demonstra Alline Pimentel, a trajetória da Teoria da Reprodução Social é marcada por um “ressurgimento” que tem como epicentro a academia de língua inglesa, isto é, a maioria das publicações recentes foram realizadas no Norte Global, mas ainda está em curso em outros contextos no século XXI, incluindo o Brasil. De modo que reiteramos a importância de reconhecer a autonomia das formulações de Saffioti, que respondia a uma realidade periférica e dependente muito antes da popularização internacional desse debate. Cf. PIMENTEL, Alline Jesus. **Surgimento, queda e ressurreição: a história da teoria da reprodução social**. 2025. 144 f. il. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/42600>. Acesso em: 14 abr. 2026. Outro esclarecimento a respeito da conjuntura de recepção da obra de Lise Vogel pode ser consultada em: FERGUSON, Susan.; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, 2017. v. 29, p. 23–59.

dificuldades de circulação e reconhecimento de uma intelectual feminista marxista sob a Ditadura Militar (1964-1985), e pela prevalência histórica das teorias feministas de matriz europeia no debate. O conceito de intelectual mediador demonstrou que as condições de produção de Saffioti foram fatores cruciais que impactaram o reconhecimento tardio de sua singularidade teórica.

Em segundo lugar, e mais centralmente, diante do exercício de leitura da obra de Saffioti à luz das suas especificidades, aproximações e diferenças de outras epistemologias feministas, afirmamos que a Teoria do Nó (Patriarcado-Racismo-Capitalismo) constitui uma ontologia marxista singular e concorrente para a análise das relações de exploração-opressão no capitalismo dependente. O pioneirismo e a atualidade de Saffioti residem em sua proposta original de sintetizar analiticamente o papel estruturante do sexo e do gênero (e, em sua revisão posterior, da raça) no sistema, quando isso não era sistematizado.

Sua produção é marcada por transformações significativas no uso de determinados conceitos – como o aceno crítico ao uso de “gênero” e a qualificação do conceito de “patriarcado” –, ainda que o faça em consonância com as materialistas francófonas, estas mudanças serviram para refinar o Nó, e não para abandoná-lo. Dentre as inegáveis aproximações com a Teoria da Reprodução Social (TRS) – evidentes nos conceitos de trabalho, não-trabalho, reprodução da força de trabalho e classe –, identificamos que o elemento de aproximação mais robusto reside no entendimento das opressões como ontologicamente integradas (simbiótica), no seu esforço de apontar a unidade contraditória do novo Patriarcado-Racismo-Capitalismo, e não uma perspectiva meramente aditiva das relações sociais, como os sistemas duplos e triplos o fazem. E, ainda que a ela seja imputado o “fantasma do atomismo ontológico”, por ainda hifenizar as relações sociais,⁶⁵ Saffioti primava por uma lógica contraditória, das múltiplas determinações e fazia o esforço de articular de forma simultânea as relações sociais.

⁶⁵ Machado, *op. cit.*, p. 62.

Por fim, negamos a Saffioti o rótulo de teórica “embrionária” da Teoria da Reprodução Social (TRS) no Brasil. A leitura teleológica que a coloca como precursora do que viria a ser formulado internacionalmente incorre em um anacronismo que desconsidera as condições materiais de produção da autora na década de 1960, marcada por um acesso restrito à bibliografia, e desvaloriza a ousadia de sua formulação original. A Teoria do Nó é uma teoria madura e situada na realidade brasileira, assim como a TRS também pode ser para ler a nossa realidade, elas não são mutuamente excludentes. Concluimos que a construção de uma TRS localizada nas especificidades da nossa formação social deve, necessariamente, passar pela incorporação crítica e pelo reconhecimento da autonomia dos pressupostos teóricos de Heleieth Saffioti.

Referências

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Tradução: Michelle Strzoda – 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the US Welfare State. *Gender & Society*, v. 5, n. 3, 1991, p. 311-333.

FERGUSON, Susan. “Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa”. *Cadernos Cemarx*, nº 10, 2017 [2016], p. 13 -38. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919/6196>. Acesso em: 15 de abril de 2026.

FERGUSON, Susan.; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, 2017. v. 29, p. 23–59.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-25, 2013.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 27, p. 70–81, 2011. DOI: 10.23925/lv0i27.18768. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lv/article/view/18768>. Acesso em: 12 dez. 2025.

HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, v. 5, 1995, pp. 7-41.

IRYO, Pol. Por um Marxismo Ciborgue: Donna Haraway Herdeira (Infel) do Marxismo. *Revista de Filosofia Instauratio Magna*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e2026060604, 2026. DOI: 10.36942/rfim.v6i1.1537. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/instauratiomagna/article/view/1537>. Acesso em: 4 jul. 2026.

MACHADO, Bárbara Araújo. Repensando o capitalismo brasileiro como totalidade contraditória. In: MACHADO, Bárbara Araújo; SOUZA, Flavia Fernandes de. (Org.) *Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1 (volume 1). 9ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 01, p. 143-165, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LtCdVTxt4hQPvD6ZBB8Ds6F/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13 de abril de 2026.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Plural*, v. 28, n. 2, p. 132-158, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/article/view/184118. Acesso em: 15 de abril de 2026.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19728>. Acesso em: 15 de abril de 2026.

MORAES, Samantha Camacam de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Percursos franceses e transnacionais na trajetória intelectual de Heleieth I. B. Saffioti (1969-1984). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 22., 2025, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2025.

MOTTA, Daniele. A Contribuição De Heleieth Saffioti Para A Análise Do Brasil: Gênero Importa Para A Formação Social?. *Caderno CRH*, v. 33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37969>. Acesso em: 15 de abril de 2026.

MOTTA, Daniele. Heleieth Saffioti. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, Campinas, SP, v. 7, n. 3, 2022, p. 01-10. Edição eletrônica. ISSN 2526-6187. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/heleieth-saffioti/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2025.

PIMENTEL, Alline Jesus. *Surgimento, queda e ressurreição: a história da teoria da reprodução social*. 2025. 144 f. il. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987a [1986]. p. 105-155.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987b.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*, p. 1-44, jun. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. *Política e Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 255-284, jul.set. 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher sob o modo de produção capitalista. *Contexto*, São Paulo, n. 1, p. 1-21, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. *Mulher Brasileira: Opressão e Exploração*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes (org.). *Seminário Temático II: Mulher em seis tempos*. Marília: UNESP, 1991. p. 141–176.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular (Fundação Perseu Abramo), 2015 [2004].

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Recebido em: 17/12/2025

Aceito em: 04/07/2026